

GranEnergia Investimentos S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
GranEnergia Investimentos S.A.
Macaé - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GranEnergia Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GranEnergia Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

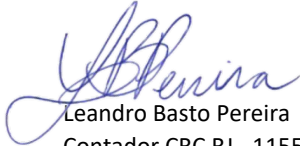
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Leandro Basto Pereira

Contador CRC RJ - 115543/O-6

GranEnergia Investimentos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	7	54	60	54
Títulos e valores mobiliários	8	-	179	-
Contas a receber de terceiros	9	44	2.544	44
Imposto de renda, contribuição social a recuperar	11	2.809	3.241	2.809
Outros impostos a recuperar	12	805	707	805
Outros créditos		639	17	639
Ativo não circulante mantido para a venda	13	-	-	40.513
Total do ativo circulante		4.351	6.748	47.301
Não circulante				
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	10	5.358	-	5.358
Mútuo com partes relacionadas	10	173.666	228.404	173.666
Depósitos judiciais		643	261	643
Investimentos	14	-	38.583	-
Imobilizado	15	76	95	76
Total do ativo não circulante		179.743	267.343	228.267
Total do ativo		184.094	274.091	275.568

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Fornecedores		830	173	830
Contas a pagar com partes relacionadas	10	11.965	124.224	11.965
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	314	12.361	314
Obrigações tributárias	17	3.514	79.301	3.514
Salários e encargos sociais a pagar	18	647	3.111	647
Empréstimos e financiamentos	19	-	11.965	-
Outras contas a pagar		-	325	-
Total do passivo circulante		17.270	231.460	17.270
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	9.650	-	9.650
Obrigações tributárias	17	47.322	-	47.322
Salários e encargos sociais a pagar	18	3.302	-	3.302
Mútuo com partes relacionadas	10	56.976	15.111	56.976
Empréstimos com partes relacionadas	10	-	10.593	-
Total do passivo não circulante		117.250	25.704	117.250
Patrimônio líquido				
Capital social	20	87.288	87.288	87.288
Reserva legal		-	135	-
Reserva de capital		-	(16.518)	-
Prejuízo acumulado		(37.714)	(53.978)	(37.714)
Total do patrimônio líquido		49.574	16.927	49.574
Total do passivo e patrimônio líquido		184.094	274.091	275.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GranEnergia Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	21	178	184.556	178	184.556
Custo dos serviços prestados	22	(17)	(156.622)	(17)	(156.622)
Lucro bruto		161	27.934	161	27.934
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(2.185)	(7.269)	(2.424)	(7.321)
Outros resultados	24	38.021	10.234	38.021	10.234
		35.836	2.965	35.597	2.913
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		35.997	30.899	35.758	30.847
Resultado financeiro líquido					
Despesa financeira	25	(13.382)	(52.400)	(13.386)	(52.403)
Receita financeira		10.275	8.474	10.275	8.474
		(3.107)	(43.926)	(3.111)	(43.929)
Resultado da equivalência patrimonial	15	(243)	(55)	-	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		32.647	(13.082)	32.647	(13.082)
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	-	(390)	-	(390)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		32.647	(13.472)	32.647	(13.472)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GranEnergia Investimentos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>32.647</u>	<u>(13.472)</u>	<u>32.647</u>	<u>(13.472)</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>32.647</u>	<u>(13.472)</u>	<u>32.647</u>	<u>(13.472)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GranEnergia Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	87.288	135	(16.518)	(40.506)	30.399
Prejuízo do exercício	-	-	-	(13.472)	(13.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	87.288	135	(16.518)	(53.978)	16.927
Lucro do exercício	-	-	-	32.647	32.647
Absorção de reserva de capital	20 -	-	16.518	(16.518)	-
Absorção de reserva legal	20 -	(135)	-	135	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	87.288	-	-	(37.714)	49.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GranEnergia Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas	32.647	(13.472)	32.647	(13.472)
Ajustes ao lucro do exercício:		-		
Depreciação e amortização	19	16	19	16
Resultado de equivalência patrimonial	243	55	-	-
Juros de empréstimos e financiamentos	1.546	33.301	1.546	33.301
Baixa por venda de ativo imobilizado	-	41	-	41
Baixa de impostos a recuperar	544	-	544	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	390	-	390
Desconto obtido em empréstimos e financiamentos	(38.020)	-	(38.020)	-
	(3.021)	20.331	(3.264)	20.276
Variação em:				
Contas a receber de terceiros	2.500	60.893	2.500	60.893
Contas a receber de parte relacionadas	-	812	-	812
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(112)	(1.103)	(112)	(1.103)
Outros impostos a recuperar	(98)	774	(98)	774
Outros créditos	(622)	386	(622)	371
Depósitos judiciais	(382)	24	(382)	24
Fornecedores	657	(9.286)	1.966	(9.286)
Contas a pagar com partes relacionadas	(8.387)	(16.025)	(8.387)	(16.025)
Salários e encargos a pagar	4.041	(1.581)	4.041	(1.581)
Imposto de renda, contribuição social	2.476	786	2.476	786
Obrigações tributárias	1.479	31.130	153	31.084
Outras contas a pagar	(325)	(2.832)	(330)	(2.941)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.227	63.978	1.205	63.808
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.794)	84.309	(2.059)	84.084
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Mútuos concedidos para partes relacionadas	(62.448)	(84.620)	(62.184)	(84.395)
Recebimento de mútuos concedidos para partes relacionadas	326	-	326	-
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(5.358)	-	(5.358)	-
Aquisição de ativo imobilizado	-	(90)	-	(90)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(67.480)	(84.710)	(67.216)	(84.485)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento principal sobre empréstimos e financiamentos	(1.300)	(2.600)	(1.300)	(2.600)
Juros pagos	(560)	(638)	(560)	(638)
Mútuos tomados com partes relacionadas	76.396	32.079	76.396	32.079
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	(15.864)	(39.772)	(15.864)	(39.772)
Empréstimos tomados com partes relacionadas	10.417	10.593	10.417	10.593
Caixa líquido usado nas (gerado pelas) atividades de financiamentos	69.089	(338)	69.089	(338)
Redução líquida nas disponibilidades	(185)	(739)	(186)	(739)
Saldo de caixa e equivalente no final do exercício	54	239	54	240
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	239	978	240	979
Redução líquida nas disponibilidades	(185)	(739)	(186)	(739)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A GranEnergia Investimentos S.A. (“Companhia” ou “Grupo”), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Estrada Hildebrando Alves Barbosa, S/N, parte KM ST S.J. e Itaparica - CEP: 27.963-506, cidade do Macaé - RJ, constituída com o objetivo de investir em outras sociedades, realizar atividades de gerenciamento, planejamento e/ou execução de serviços relacionados à exploração de petróleo e gás em geral e atividades de navegação de apoio e agenciamento marítimo.

A Companhia até 15 de julho de 2022 e 22 de setembro de 2022, era responsável pela operação das embarcações CSS Olympia I e CSS Venus, respectivamente, sendo subcontratada para fazer a gestão e manutenção das unidades fornecendo apoio logístico, suprimentos, tripulação e apoio de base.

Atualmente, as operações das embarcações CSS Olympia I (“Olympia”) e CSS Venus (“Venus”) estão sendo executados pela sua parte relacionada Gran Energies S.A. (“Gran Energies”), que após o encerramento dos contratos citados anteriormente, passou a ser a empresa administradora das operações. Em 27 de fevereiro de 2024, a Companhia voltou a fazer a gestão e manutenção da embarcação Venus, e tem a intenção de que até o final de 2024 voltará também a fazer gestão e manutenção da embarcação Olympia.

Até 2022 as embarcações Olympia e Venus eram afretadas da Stratus Energy B.V. (“Stratus”), parte relacionada da Companhia. A partir de fevereiro de 2024 a Companhia passou a prestar serviços à Stratus em relação a operação da embarcação Venus.

A Companhia e sua controlada apresentam prejuízos acumulados de R\$ 37.714 (R\$ 53.978 em 2022). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e sua controlada apresentaram um lucro de R\$ 32.647 (prejuízo de R\$ 13.472 em 2022). O lucro do exercício de 2023 ocorreu principalmente devido à renegociação dos impostos em aberto junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), onde foi obtido cerca de R\$ 38.020 em desconto referente a multa, juros e encargos sobre o total da dívida.

Em julho de 2023, visando a redução dos saldos entre partes relacionadas, a Companhia decidiu vender as cotas de sua controlada, MTO Real Estate Participações EIRELI (“MTO RE”), à Stratus e, com este movimento liquidou R\$ 38.339 de seu contas a pagar junto à Stratus. Com o mesmo objetivo, foi gerada uma cessão de dívida entre a Companhia, a Stratus e a GranInvestimentos S.A. (“GranInvestimentos”), onde transferiu o empréstimo de R\$ 21.010 e o saldo de faturas no valor de R\$ 63.999 para a GranInvestimentos, reduzindo o saldo de partes relacionadas entre as empresas.

Em setembro de 2023, foi gerada nova cessão de dívida, agora entre a Companhia, a Travessia Securitizadora (“Travessia”) e a GranInvestimentos S.A. onde foi transferido o saldo de R\$ 11.651 do empréstimo junto à Travessia para a GranInvestimentos, também com o objetivo de reduzir os saldos de partes relacionadas entre as empresas. Com esse movimento, a Companhia

zerou o saldo de empréstimos a terceiros.

A Administração da Companhia, em seu plano de gestão de liquidez, conseguiu concretizar em junho de 2023 a renegociação dos impostos em aberto junto a PGFN e também a realização dos ativos mantidos para venda. A Administração afirma que o equilíbrio do capital circulante líquido estará restabelecido durante o exercício de 2024 com geração de fluxo de caixa operacional, visto que em 2024 a Companhia voltou a fazer a gestão e manutenção de uma das embarcações e, até o final de 2024, voltará a fazer gestão da segunda embarcação, desta forma, não apresentando incertezas que coloquem em dúvida sobre a continuidade das operações da Companhia.

A Companhia atuou em boas práticas de governança e gestão demonstrando a orientação para atividades que agreguem retorno aos acionistas buscando a escala necessária ao financiamento integral das despesas administrativas e dos custos financeiros. Além destas medidas, a Administração da Companhia conta com o comprometimento financeiro do seu acionista controlador para o suporte das suas necessidades de caixa para honrar os compromissos registrados em seu passivo circulante.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada a seguir relacionada, a qual deixou de constar em seu resultado a partir de julho de 2023, quando foi vendida à Stratus:

Controlada direta	Percentual de participação 2023	Percentual de participação 2022
MTO Real Estate Participações EIRELI	-	100%

A MTO RE tem por objeto a administração de bens móveis e imóveis próprios, intermediação de compra e venda de imóveis próprios, compra de imóveis de terceiros e incorporação de edificações, podendo ainda participar do capital social de outras empresas, ainda que de outros objetos sociais, como acionista ou quotista

3 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo aquelas indicadas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Em 15 de abril de 2024 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras e o consequente envio à Assembleia Ordinária para aprovação dos acionistas.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, premissas e julgamentos. As estimativas, julgamentos e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas sobre premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 4 (i) - Reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos.

Nota explicativa nº 13 - Ativo não circulante mantido para venda (valorização do ativo);

4 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente com o exercício anterior.

Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas nesta nota em determinados casos.

a. Base de consolidação

Controlada

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida

até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

O CPC 48 Instrumentos financeiros estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros mensurados pelo VJR

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Passivos financeiros

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou

perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

c. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é alocada para os próprios ativos. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada, e quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros:	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

e. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

O CPC 48 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Não houve perdas estimadas pela Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo imobilizado.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidade geradora de caixa). O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia não identificou indicativo de *impairment* para 31 de dezembro de 2023 e 2022.

f. Receita operacional

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados, apurados mensalmente e o valor da prestação de serviços é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos.

g. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados contempla de forma geral todos os custos diretamente relacionados com a prestação de serviços, sendo compostos basicamente por gastos com afretamento e por mão de obra cuja composição são de custos com salários, benefícios e encargos dos profissionais diretamente relacionados com a prestação do serviço.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

(iii) Definição de arrendamento

No início do contrato, A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se o um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(iv) Arrendamento em que a Companhia é arrendatária

Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos com base em sua avaliação se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

Em 2022, a Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. Os afretamentos e seus aditivos das embarcações Olympia e Venus eram arrendamentos inferiores a 12 meses e, portanto, de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Como descrito na nota explicativa nº 1, em 2023 as operações das embarcações Olympia e Venus estão sendo executadas pela sua parte relacionada Gran Energies.

j. Provisões para processos judiciais

A Companhia e sua controlada são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração considera a constituição de provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

5 Mudanças nas políticas contábeis materiais

A Companhia e suas controladas aplicaram de forma consistente as políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4 para todos os exercícios apresentados.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia e sua controlada não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

A. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que esta norma tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

B. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a

exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que esta norma tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

C. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	53	50	53	51
Aplicação financeira	<u>1</u>	<u>10</u>	<u>1</u>	<u>10</u>
	<u>54</u>	<u>60</u>	<u>54</u>	<u>61</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários que são movimentados para pagamentos e recebimentos das operações da Companhia, além de aplicação financeira.

A aplicação financeira classificada em curto prazo, possui carência máxima de três meses da data da aplicação para o resgate e é utilizada na gestão das obrigações imediatas.

8 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 179, são representados por títulos de capitalização depositados junto ao Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”), com rendimentos atrelados à taxa de remuneração básica aplicadas às cadernetas de poupança TR. Os títulos foram resgatados em março de 2023 no montante total de R\$ 182.

9 Contas a receber de terceiros

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2023	2022
Modec Serviços de Petróleo do Brasil	39	2.537
Camorim Serviços Marítimos S.A.	<u>5</u>	<u>7</u>
	<u>44</u>	<u>2.544</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito bem como o quadro por vencimentos relacionados aos clientes é divulgada na Nota explicativa nº 27.

O saldo a receber ao final de 2023 encontra-se vencido há mais de 60 dias, as cobranças estão em andamento e a expectativa de recebimento é até maio de 2024. A Companhia não possui histórico de perda com esses clientes e não espera qualquer perda futura no recebimento desses montantes.

10 Partes relacionadas

	2023		2022	
Controladora	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Stratus Energy B.V. (i)	-	(11.965)	-	(133.457)
GranInvestimentos S.A. (ii)	172.791	-	227.911	-
MRO Serviços Logísticos S.A. (ii)	5.358	-	-	(357)
Graal Participações Ltda. (iii)	-	-	-	(1.667)
MTO Real Estate Participações EIRELI (ii)	875	-	493	-
Gran Energies S.A. (ii)	-	(56.976)	-	(13.087)
Gran Services S.A. (iv)	-	-	-	(1.360)
	<u>179.024</u>	<u>(68.941)</u>	<u>228.404</u>	<u>(149.928)</u>
Circulante	-	(11.965)	-	(124.224)
Não circulante	179.024	(56.976)	228.404	(25.704)

	2023		2022	
Consolidado	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Stratus Energy B.V. (i)	-	(11.965)	-	(133.457)
GranInvestimentos S.A. (ii)	172.791	-	227.911	-
MRO Serviços Logísticos S.A. (ii)	5.358	-	-	(357)
Graal Participações Ltda. (iii)	-	-	-	(1.667)
MTO Real Estate Participações EIRELI (ii)	875	-	-	-
Gran Energies S.A. (ii)	-	(56.976)	-	(13.087)
Gran Services S.A. (iv)	-	-	-	(1.360)
	<u>179.024</u>	<u>(68.941)</u>	<u>227.911</u>	<u>(149.928)</u>
Circulante	-	(11.965)	-	(124.224)
Não circulante	179.024	(56.976)	227.911	(25.704)

- (i) O saldo acima contém: (a) saldo de faturas de serviços tomados de afretamento no montante de R\$ 11.965 (R\$ 122.864 em 2022) onde não há incidência de juros e garantias, sendo o prazo de vencimento 5 dias após o recebimento financeiro dos clientes terceiros da Companhia. Em 2023 a Companhia não registrou custos com serviços de afretamento (R\$ 100.083 em 2022); (b) O saldo do contrato de empréstimo firmado em 13 de dezembro de 2022, pelo valor total atualizado de R\$ 10.593 em 31 de dezembro de 2022.
- (ii) Valores referentes a mútuos da Companhia com controlador, controlada direta e outras partes relacionadas, para uso de capital de giro das Companhias. Não há incidência de juros, garantias e o prazo de vencimento está estipulado em contrato. Vide quadro de movimentação dos mútuos, o qual evidencia a movimentação recorrente dos recursos sendo recebidos e pagos no decorrer do exercício.
- (iii) Valores referente a custos financeiros cuja Graal Participações Ltda (“Graal”), foi avalista da Companhia. O total de custos registrados em 2023 foi de R\$ 75 (R\$ 557 em 2022).
- (iv) Valores referentes a faturas sobre o compartilhamento de espaço entre a Companhia e a Gran Services S.A. (“Gran Services”), sua parte relacionada. O custo total no ano de 2023 foi de R\$ 173 (R\$ 433 em 2022). O saldo acumulado de R\$ 1.533 em 1º de setembro de 2023 foi transferido via contrato de cessão entre a Gran Services, a GranInvestimentos e a Companhia.

Abaixo apresentamos a movimentação líquida das operações entre partes relacionadas:

Consolidado	Contas a receber	Mútuo a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Empréstimo
Saldo em 1 de janeiro de 2023	-	227.911	(124.224)	(15.111)	(10.593)
Serviços tomados	-	-	(173)	-	-
Pagamentos de serviços tomados	-	-	8.560	-	-
Mútuos concedidos	-	62.448	-	-	-
Mútuos recebidos	-	(326)	-	-	-
Mútuos tomados	-	-	-	(76.396)	-
Mútuos pagos	-	-	-	15.864	-
Empréstimos tomados	-	-	-	-	(10.417)
Empréstimos concedidos	-	-	-	-	5.358
Baixa por encontro de contas - venda MTO RE (i)	-	-	38.339	-	-
Cessões de débito/crédito para partes relacionadas (ii)	-	(116.861)	65.533	18.667	21.010
Constituição de saldo a receber - MTO RE	-	494	-	-	-
Movimentação líquida	-	(54.245)	112.259	(41.865)	15.951
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	173.666	(11.965)	(56.976)	5.358

Consolidado	Contas a receber	Mútuo a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Empréstimo
Saldo em 1 de janeiro de 2022	812	221.789	(140.249)	(19.071)	-
Serviços tomados	-	-	(100.516)	-	-
Pagamentos de serviços tomados	(812)	-	116.541	-	-
Mútuos concedidos	-	84.620	-	-	-
Mútuos tomados	-	-	-	(35.812)	-
Empréstimos tomados	-	-	-	-	(10.593)
Pagamento de mútuos	-	-	-	39.772	-
Recebimento de mútuos	-	(78.498)	-	-	-
Movimentação líquida	(812)	6.122	16.025	3.960	(10.593)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	227.911	(124.224)	(15.111)	(10.593)

- (i) O total de R\$ 38.339 não impactou o fluxo de caixa, pois está relacionado com a venda da MTO RE para a Stratus, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.
- (ii) O valor total R\$ 116.861 não impactou o fluxo de caixa, pois está relacionado com as cessões de débitos e créditos entre as partes, conforme abaixo:
- Stratus, GranInvestimentos e Companhia, onde o empréstimo devido à Stratus no valor de R\$ 21.010 (USD 4.143) foi transferido à GranInvestimentos.
 - Gran Services, GranInvestimentos e Companhia, transferindo o saldo de faturas a pagar à Gran Services no valor de R\$ 1.533 para a GranInvestimentos.
 - Travessia, GranInvestimentos e Companhia, onde o empréstimo devido à Travessia no valor de R\$ 11.651 foi transferido à GranInvestimentos.
 - GranInvestimentos, Gran Energies e Companhia, onde o mútuo a receber da GranInvestimentos no valor de R\$ 18.667 foi transferido à Gran Energies.
 - Stratus, GranInvestimentos e a Companhia, onde parte do saldo de faturas a pagar à Stratus no valor de R\$ 63.999 (USD 13.219) foi transferido à GranInvestimentos.

Remuneração de diretores e pessoal chave da administração

Não houve remuneração de pessoal-chave da administração durante o exercício de 2023 (R\$ 165 em 31 de dezembro de 2022).

11 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
IRPJ pago a maior	1.851	2.376
CSLL pago a maior	958	865
	<u>2.809</u>	<u>3.241</u>

Em 2023 foi realizada a baixa de R\$ 544 de IRPJ referente ao ano de 2014, visto que na revisão fiscal foi identificada a impossibilidade de recuperação. Os impostos a recuperar remanescentes estão sendo atualizados pela SELIC.

12 Outros impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS a compensar (a)	721	681	721	685
Outros (b)	84	26	84	26
	<u>805</u>	<u>707</u>	<u>805</u>	<u>711</u>

- (a) Movimentação de 2023 é referente à atualização pela SELIC e compensações pontuais.
- (b) IRRF gerado devido ao resgate das aplicações que existiam no Banco BTG Pactual e Banco Bradesco.

13 Ativo não circulante mantido para a venda

	Consolidado	
	2023	2022
Terreno	-	40.513
	<u>-</u>	<u>40.513</u>

Terreno localizado na cidade de Mogi das Cruzes em São Paulo, de posse da até então controlada MTO RE.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 de contexto operacional, a Companhia realizou em julho de 2023 a venda da controlada, MTO RE para a Stratus, desta forma não possui nenhum ativo mantido para a venda ao final do exercício de 2023.

14 Investimentos

(i) Composição dos saldos

Controladora

	2023	2022
MTO Real Estate Participações EIRELI	-	38.583
	<u>-</u>	<u>38.583</u>

(ii) Movimentação dos investimentos

Controladora

Saldo em 01 de janeiro de 2022	<u>38.637</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(54)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>38.583</u></u>
Resultado de equivalência patrimonial	(243)
Venda de participação societária	<u>(38.340)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>-</u></u>

(iii) Composição patrimonial

Até 09 de julho de 2023, antes da venda, a Controlada MTO RE possuía 410.036.566 cotas que pertenciam 100% à Companhia. Abaixo composição patrimonial da Controlada:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	(243)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.552	1.970	38.583	(54)

15 Imobilizado

(i) Movimentação do custo Controladora e Consolidado

Controladora e Consolidado								
2023								
Taxa a.a	Custo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Deprec. acum.	Valor líquido	Valor Líquido
Computadores e periféricos	20%	2.070	-	-	-	2.070	(2.033)	37
Móveis e utensílios	10%	741	-	-	-	741	(705)	36
Máquinas e equipamentos	10%	12	-	-	-	12	(9)	3
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	239	-	-	-	239	(239)	-
		<u>3.062</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.062</u>	<u>(2.986)</u>	<u>76</u>
								<u>95</u>

Controladora e Consolidado								
2022								
Taxa a.a	Custo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Deprec. acum.	Valor líquido	Valor Líquido
Computadores e periféricos	20%	2.020	50	-	-	2.070	(2.021)	49
Móveis e utensílios	10%	704	37	-	-	741	(699)	42
Máquinas e equipamentos	10%	50	3	(41)	-	12	(8)	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	239	-	-	-	239	(239)	-
		<u>3.013</u>	<u>90</u>	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>3.062</u>	<u>(2.967)</u>	<u>95</u>
								<u>62</u>

(ii) Movimentação da depreciação Controladora e Consolidado

Taxas depreciação %a.a.					
	2022	Adições	Baixas	Transf.	2023
Computadores e periféricos	20%	(2.021)	(12)	-	(2.033)
Móveis e utensílios	10%	(699)	(6)	-	(705)
Máquinas e equipamentos	10%	(8)	(1)	-	(9)
Benfeitoria em imóveis terceiros	20%	(239)	-	-	(239)
		<u>(2.967)</u>	<u>(19)</u>	<u>-</u>	<u>(2.986)</u>

Taxas depreciação %a.a.					
	2021	Adições	Baixas	Transf.	2022
Computadores e periféricos	20%	(2.011)	(10)	-	(2.021)
Móveis e utensílios	10%	(694)	(5)	-	(699)
Máquinas e equipamentos	10%	(7)	(1)	-	(8)
Benfeitoria em imóveis terceiros	20%	(239)	-	-	(239)
		<u>(2.951)</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>(2.967)</u>

16 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda	7.299	9.075	7.299	9.075
Contribuição social	2.665	3.286	2.665	3.286
	9.964	12.361	9.964	12.361
Circulante	314	12.361	314	12.361
Não circulante	9.650	-	9.650	-

Os impostos federais a pagar foram atualizados com multa e juros até a assinatura do acordo junto à PGFN. No acordo, foi obtida isenção total dos encargos moratórios referentes ao atraso (R\$ 4.873). Durante o exercício de 2023 foram registrados R\$ 1.887 (R\$ 3.301 em 2022) em despesa financeira, conforme nota explicativa nº 25.

17 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS a recolher	558	604	558	604
ISS a recolher	1.861	2.011	1.861	2.011
PIS e COFINS a recolher	46.138	69.040	46.138	69.040
Outros impostos federais a recolher	1.060	1.757	1.060	3.061
Parcelamento impostos federais	1.219	5.889	1.219	6.059
	50.836	79.301	50.836	80.775
Circulante	3.514	79.301	3.514	80.775
Não circulante	47.322	-	47.322	-

Os impostos federais a pagar foram atualizados com multa e juros até a assinatura do acordo junto à PGFN e os demais até seu pagamento. No acordo foi obtida isenção total dos encargos moratórios referentes ao atraso (R\$ 32.012). Durante o exercício de 2023 foram registrados R\$ 8.251 (R\$ 14.347 em 2022) em despesa financeira, conforme nota explicativa nº 25.

18 Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Salários e ordenados a pagar	-	2
INSS sobre salários a recolher	3.949	3.109
	3.949	3.111
Circulante	647	3.111
Não circulante	3.302	-

A Companhia não apresenta saldos de provisão de férias, INSS e FGTS pois todos os funcionários foram transferidos para a Gran Energies ao longo de 2023. O saldo de salário de 2022 foi quitado em fevereiro de 2023 e o INSS a recolher foi parcelado junto aos demais impostos federais no acordo com a PGFN, descritas nas notas explicativas nº 16 e 17, com isenção total dos encargos moratórios (R\$ 1.135). Durante o exercício de 2023 foram registrados R\$ 94 (R\$ 175 em 2022) em despesa financeira, conforme nota explicativa nº 25.

19 Empréstimos e financiamentos

			Controladora e Consolidado	
	Encargos	Vencimento	2023	2022
Travessia Securitizadora (a)	CDI + 7% a.a	10/2023	-	11.965
			-	11.965

- (a) Em setembro de 2023 a Companhia celebrou uma cessão de dívida com a Travessia e a GranInvestimentos, e transferiu o saldo a pagar de R\$ 11.651 do empréstimo junto à Travessia para a GranInvestimentos.

Garantias

O endividamento com a Travessia possuía garantia fiduciária de terrenos de parte relacionada, localizados em Camaçari – BA, além de garantias corporativas de partes relacionadas.

Cláusula restritiva (covenants)

A Companhia e sua controlada não possuíam covenants operacionais e financeiros vinculados aos seus empréstimos e financiamentos.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades financiamento, as quais podem ou não impactar o caixa da Companhia.

Controladora e Consolidado

Em milhares de Reais

	Empréstimos e financiamentos
Saldo em 1 de janeiro de 2023	11.965
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Cessão de dívida para partes relacionadas (i)	(11.651)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(1.300)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(560)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(13.511)
Outras variações	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.546
Total das outras variações	1.546
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

Controladora e Consolidado

Em milhares de Reais

	Empréstimos e financiamentos
Saldo em 1 de janeiro de 2022	64.134
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Cessão de dívida para partes relacionadas (ii)	(82.232)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(2.600)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(638)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(85.470)
Outras variações	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	33.301
Total das outras variações	33.301
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.965

(i) A dívida com a Travessia foi cessionada à GranInvestimentos em setembro de 2023, a qual não impactou o caixa da Companhia.

(ii) As dívidas com o Banco Bradesco foram renegociadas e atualizadas de multa e juros moratórios e em seguida cessionadas à GranInvestimentos (a) e MRO Serviços Logísticos S.A. ("MRO") (b), abaixo o detalhamento das operações que não impactaram o caixa da Companhia:

- (a) Capital de giro – em 25 de novembro de 2022 foi assinado um Instrumento de confissão e assunção de dívida entre o Bradesco, a Companhia e GranInvestimentos, tal contrato migrou a dívida da Companhia para a GranInvestimentos no valor corrigido de R\$ 78.498 (R\$ 22.770 em multa e juros moratórios e R\$ 6.516 de juros remuneratórios). O saldo a pagar à GranInvestimentos foi descontado do saldo total a receber de partes relacionadas (Nota explicativa nº 10). O terreno classificado como Ativo não circulante mantido para a venda (Nota explicativa nº 13) deixou de ser garantia nesta operação.
- (b) FINAME – em 25 de novembro de 2022 foi assinado Instrumento de confissão e assunção de dívida entre o Banco Bradesco, a Companhia e a MRO, tal contrato migrou a dívida da Companhia para a MRO no valor corrigido de R\$ 3.733 (R\$ 1.593 em multa e juros moratórios e R\$ 66 de juros remuneratórios). O saldo a pagar à MRO foi classificado para partes relacionadas. Durante o exercício de 2022 houve pagamentos parciais à MRO, sendo o montante final em aberto em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 357 (Nota explicativa nº 10).

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 87.288 (R\$ 87.288 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 87.287.998 (oitenta e sete milhões e duzentos e oitenta e sete e novecentos e noventa e oito ações ordinárias), totalmente subscritas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro	Capital subscrito e integralizado	
	2023	2022
Acionistas		
Stratus Energy B.V.	87.288	-
GranInvestimentos S.A.	-	87.288
	<u>87.288</u>	<u>87.288</u>

Em 10 de julho de 2023 todas as ações da Companhia foram vendidas a Stratus Energy B.V.

b. Reserva legal

Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social.

Em 30 de novembro de 2023 foi realizado um ato societário deliberando sobre a destinação da reserva legal para prejuízos acumulados, desta forma não existe saldo ao final do exercício de 2023.

c. Reserva de capital

A constituição da reserva foi baseada nos efeitos sobre a aquisição de 48,636% do capital da controlada MRO e 15% do capital da controlada MTO Logística Multimodal S.A. ("MTO Multimodal"), quando a GranEnergia era controladora dessas Companhias. Além disso, ocorreu uma redução em 2017 relativo à cisão parcial dos ativos de sua até então controlada MTO Multimodal. Com essas operações, o montante da reserva de capital passou a ser negativo em R\$ 16.518.

Em 30 de novembro de 2023 foi realizado um ato societário deliberando sobre a destinação da reserva de capital para prejuízos acumulados, desta forma não existe saldo ao final do exercício de 2023.

21 Receita operacional líquida

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta de serviços	201	208.729
Deduções		
(-) Cofins	(15)	(15.863)
(-) Pis	(4)	(3.444)
(-) ISS	(4)	(4.866)
Receita operacional líquida (a)	178	184.556

- (c) A diminuição da receita foi em virtude da transferência dos contratos operacionais para a Gran Energies S.A. a partir de julho de 2022.

22 Custo dos serviços prestados

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Materiais	-	(4.087)
Pessoal	(17)	(19.987)
Viagens	-	(1.789)
Serviços tomados	-	(130.759)
Custo dos serviços prestados (a)	(17)	(156.622)

- (a) A redução dos custos é relativa à transferência citada na nota explicativa nº 21.

23 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas de pessoal (a)	(20)	(3.080)	(20)	(3.080)
Serviços de terceiros (b)	(1.356)	(2.663)	(1.507)	(2.704)
Despesa com ocupação	(159)	(327)	(159)	(327)
Despesas com viagens	(3)	(96)	(3)	(96)
Outras despesas (c)	(647)	(1.102)	(735)	(1.113)
	(2.185)	(7.269)	(2.424)	(7.321)

- (a) Redução em despesas de pessoal devido a transferência dos funcionários para a Gran Energies, visto que as operações com as embarcações também foram transferidas para essa parte relacionada.
- (b) Em 2023 compreendem, basicamente, despesas com advogados no valor de R\$ 1.051, sendo R\$ 900 referentes às tratativas do acordo com a PGFN e demais consultorias e auditorias.
- (c) Em 2023 refere-se, principalmente, à baixa do crédito de IRPJ 2014, no valor de R\$ 544.

24 Outros resultados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro na venda de ativos imobilizados (a)	-	9.866	-	9.866
Outros resultados (b)	<u>38.021</u>	<u>368</u>	<u>38.021</u>	<u>368</u>
	<u><u>38.021</u></u>	<u><u>10.234</u></u>	<u><u>38.021</u></u>	<u><u>10.234</u></u>

- (a) Em dezembro de 2022 houve venda de ativos imobilizados, que não estavam sendo utilizados pela Companhia, para a MRO gerando lucro na operação. O valor faturado foi compensado com o contas a pagar.
- (b) Em 2023 refere-se ao resultado gerado a partir do acordo de parcelamento dos impostos federais junto a PGFN, assinado em junho de 2023 onde foi obtida a isenção total dos encargos moratórios referentes ao atraso.

25 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(2)	(6)	(2)	(6)
I.O.F.	-	(426)	-	(426)
Encargos empréstimos/ financiamentos (a)	(2.876)	(33.889)	(2.876)	(33.889)
Juros e multas (b)	<u>(10.504)</u>	<u>(18.079)</u>	<u>(10.508)</u>	<u>(18.082)</u>
	<u>(13.382)</u>	<u>(52.400)</u>	<u>(13.386)</u>	<u>(52.403)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos s/ aplicações financeiras	267	2	267	2
Descontos obtidos	-	1.635	-	1.635
Variação cambial líquida	9.897	6.761	9.897	6.761
Outras receitas financeiras	<u>111</u>	<u>76</u>	<u>111</u>	<u>76</u>
	<u>10.275</u>	<u>8.474</u>	<u>10.275</u>	<u>8.474</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(3.107)</u></u>	<u><u>(43.926)</u></u>	<u><u>(3.111)</u></u>	<u><u>(43.929)</u></u>

- (a) Em 2023, do total dos encargos com empréstimos e financiamentos, R\$ 2.800 (R\$ 24.363 em 2022) referem-se a juros remuneratórios dos contratos: (a) R\$ 1.254 (R\$ 30 em 2022) com a parte relacionada Stratus; (b) R\$ 1.546 (R\$ 2.354 em 2022) com financiamento da Travessia, ambos transferidos à GranInvestimentos via cessões de dívidas assinadas entre as partes em julho e setembro de 2023, respectivamente. Em 2022, soma-se também as despesas com o empréstimo do Banco Bradesco foi de R\$ 6.582.
- (b) Em 2023, os juros e multas referem-se principalmente a encargos financeiros provisionados sobre os tributos em aberto no valor de R\$ 10.232 (R\$ 17.823 em 2022), conforme comentado nas notas explicativas nº 16, 17 e 18.

26 Imposto de renda e contribuição social - Correntes e diferidos

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício e conciliação da alíquota de imposto efetiva

A conciliação entre a alíquota nominal e efetiva do imposto sobre a renda e da contribuição social do exercício de 2023 e 2022, estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado 2023	Controladora e Consolidado 2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	32.647	(13.082)
Alíquota nominal combinada - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(11.100)	4.448
(+) Adições - itens permanentes		
Outros custos e despesas dedutíveis	(185)	(43)
Resultado de equivalência patrimonial	(82)	(19)
(-) Exclusão de variação cambial temporária	31	882
(-) Exclusão de desconto de multa e juros sobre impostos	12.927	882
Compensação com (acúmulo de) prejuízo fiscal	-	(5.268)
(=) IRPJ e CSLL sobre a apuração fiscal	1.591	-
Provisão p/ imposto de renda e CSLL corrente	-	-
Provisão p/ imposto de renda e CSLL diferidos	-	(390)
Imposto de renda e CSLL	-	(390)
Alíquota efetiva	-	-

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do resultado tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada o ativo não é constituído.

Como os contratos junto aos clientes foram transferidos para a parte relacionada Gran Energies, para o início do exercício de 2023 não houve expectativa de recuperação do imposto de renda e a contribuição social diferidos, devido a isso, não há montante registrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Todo o saldo de R\$ 390 registrado em 31 de dezembro de 2021 foi realizado para resultado no exercício de 2022. Em relação ao IRPJ e CSLL diferidos sobre a apuração fiscal do exercício de 2023 (R\$ 1.591) não houve constituição de ativo diferido.

O saldo de prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2023 na Controladora é de R\$ 40.001 (R\$ 35.319 em 31 de dezembro de 2022) e correspondem a tributos diferidos ativos que não expiram e que poderão ser compensados no futuro. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não estão registrados no balanço patrimonial da Companhia devido à ausência concreta de projeções de lucros tributáveis futuros que suportem o reconhecimento.

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, conforme quadro abaixo:

	Controladora			
	2023		2022	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	54	54	60	60
Contas a receber de terceiros	44	44	2.544	2.544
Mútuo com partes relacionadas	173.665	173.665	228.404	228.404
Títulos e valores mobiliários	-	-	179	179
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	5.358	5.358	-	-
Passivos				
Fornecedores	828	828	173	173
Contas a pagar com partes relacionadas	11.965	11.965	124.224	124.224
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.965	11.965
Mútuo com partes relacionadas	56.976	56.976	25.704	25.704
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	10.593	10.593

	Consolidado			
	2023		2022	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	54	54	61	61
Contas a receber de terceiros	44	44	2.544	2.544
Mútuos com partes relacionadas	173.665	173.665	227.911	227.911
Títulos e valores mobiliários	-	-	179	179
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	5.358	5.358	-	-
Passivos				
Fornecedores	828	828	177	177
Contas a pagar com partes relacionadas	11.965	11.965	124.224	124.224
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.965	11.965
Mútuo com partes relacionadas	56.976	56.976	25.704	25.704
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	10.593	10.593

Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variam significativamente dos saldos apresentados no balanço patrimonial.

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez; e

Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos que através de uma avaliação periódica para que as atividades nas quais se assumem riscos financeiros sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente do contas a receber de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente, pelas características individuais dos clientes. Contudo, a Administração considera o sistema de gestão dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual novos clientes são analisados individualmente quanto a sua condição financeira antes da Companhia apresentar sua proposta financeira e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui avaliações externas, quando disponíveis, e referências bancárias.

A composição por idade de vencimento de contas a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
A vencer	-	2.498
Vencidas até 90 dias	-	2
Vencidas de 91 a 180 dias	44	44
	<u>44</u>	<u>2.544</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores). A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

A Companhia atua de forma coordenada com visão integrada de sua gestão de caixa visando cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo.

Na tabela abaixo está demonstrado o fluxo de vencimento dos passivos financeiros:

Controladora e Consolidado - 2023	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 Anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	830	757	73	-
Contas a pagar com partes relacionadas	11.965	11.965	-	-
Mútuo com partes relacionadas	56.976	-	-	56.976
	69.771	12.722	73	56.976
Controladora - 2022	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 Anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	173	173	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	124.224	124.224	-	-
Mútuo com partes relacionadas	15.111	-	-	15.111
Empréstimos com partes relacionadas	10.593	-	-	10.593
Empréstimos e financiamentos	11.965	2.982	8.983	-
	162.066	127.379	8.983	25.704
Consolidado - 2022	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 Anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	177	177	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	124.224	124.224	-	-
Mútuo com partes relacionadas	15.111	-	-	15.111
Empréstimos com partes relacionadas	10.593	-	-	10.593
Empréstimos e financiamentos	11.965	2.982	8.983	-
	162.070	127.383	8.983	25.704

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como o efeito que as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Administração da Companhia monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado.

Os ativos e passivos expostos à variação cambial do Dólar Americano estão demonstrados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Contas a pagar com partes relacionadas	(11.965)	(122.863)
Empréstimos com partes relacionadas	-	(10.593)
	<u>(11.965)</u>	<u>(133.456)</u>

Análises de sensibilidade

A Administração da Companhia estima os seguintes efeitos quando aplicados os testes de sensibilidade para cenários que variam de 25% e 50%, a fim de apresentar a parcela de acréscimo na variável de risco considerada, sobre os valores de empréstimos e financiamento pelas dívidas atreladas ao CDI.

A Companhia considerou no seu cenário provável os juros de seus empréstimos contratados junto às instituições financeiras referente a posição em 31 de dezembro de 2022. Não há saldos ativos e passivos atrelados ao CDI em 31 de dezembro de 2023.

Controladora e Consolidado	Exposição	Cenário Provável	Cenário I + aumento de 25%	Cenário I + aumento de 50%
Operação				
Dívida atrelada ao CDI				
Posição em 31 de dezembro de 2022	<u>(11.965)</u>	<u>(1.633)</u>	<u>(2.042)</u>	<u>(2.450)</u>
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido	<u>-</u>	<u>(1.633)</u>	<u>(2.042)</u>	<u>(2.450)</u>

A análise de sensibilidade sobre as taxas de câmbio com aumento e redução de 25% e 50% do consolidado está apresentada a seguir, considerando a variação da cotação do dólar para conversão em 31 de dezembro de 2023, que foi de R\$ 4,8413 (R\$ 5,2177 em 31 de dezembro de 2022) por US\$ 1,00 (Um Dólar Americano):

Exposição sobre taxas de câmbio	Saldo contábil em 2023	25%	50%	(25%)	(50%)
Passivos	(11.965)	(2.991)	(5.983)	2.991	5.983
Exposição no resultado do exercício	-	(2.991)	(5.983)	2.991	5.983

Exposição sobre taxas de câmbio	Saldo contábil em 2022	25%	50%	(25%)	(50%)
Passivos	(133.456)	(33.364)	(66.728)	33.364	66.728
Exposição no resultado do exercício	-	(33.364)	(66.728)	33.364	66.728

Gerenciamento do capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A diretoria monitora retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

28 Eventos subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2024, houve celebração de um novo contrato entre a Companhia e a parte relacionada Stratus Energy B.V., voltando a fazer a gestão e manutenção da embarcação Venus. Adicionalmente, a Companhia também tem a intenção de que até o final de 2024 voltará a fazer gestão e manutenção da embarcação Olympia.

* * *

Composição da Diretoria

Miguel de Almeida Gradin
Diretor-presidente

Contador

Cabreta Consulting Assessores Contábeis Ltda.
.CRC-RJ-009584/F-9
Vicente Pinheiro de Lima
CRC-SP 290166/O-0